



## ACTA

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----  
Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

### ----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A Vereadora Alexandra Gesta fez uma apresentação do trabalho de levantamento do Centro Histórico e zona de protecção, no âmbito da discussão pública para a revisão do Plano de Urbanização de Guimarães. -----

### ----- INTERVENÇÕES -----

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Começou por recordar que, em campanha eleitoral, o Partido Socialista havia assumido o compromisso de construir 5 piscinas no concelho de Guimarães, sendo que, após as eleições autárquicas, o executivo municipal renovou esse compromisso e inscreveu-o nas propostas do Plano de Actividades. Continuou, referindo que, posteriormente, a construção das piscinas ficou condicionada à aprovação de candidaturas a fundos europeus e que, recentemente, numa reunião de câmara, o executivo municipal ficou a saber que, a curto prazo, se daria início à construção das piscinas de Moreira de Cónegos e Serzedelo. Ao manifestar ter ouvido, na semana

passada, numa rádio local, o presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos prestar declarações onde manifestava um misto de preocupação e de dúvida sobre eventuais atrasos na construção das piscinas em Moreira de Cónegos e sabendo que a população de Serzedelo também manifesta as mesmas dúvidas e preocupações, perguntou ao Presidente de Câmara se a construção das Piscinas nas Vilas de Moreira de Cónegos e Serzedelo é um compromisso para cumprir neste ano de 2011, e com isso reforçar o crédito das populações na classe política, ou se, pelo contrário, mais uma vez o executivo socialista não vai ser capaz de concretizar as promessas assumidas junto da população;

**2 – Vereadora Luísa Oliveira** – Recordou que *“As Nações Unidas declararam 2011 Ano Internacional das Florestas, uma área extremamente importante não só para o equilíbrio ambiental, como também é ao nível nacional para o sector produtivo e para a criação de emprego”*. Nessa conformidade, considerou que tendo as autarquias competências a este nível *“foi com alguma surpresa que ao consultar o site da Câmara não conseguimos encontrar qualquer referência a este evento, nomeadamente ao nível das actividades que a autarquia poderá promover ou associar-se”*. Pelo que disse que, uma vez que o ano ainda está a começar, havia ainda tempo de corrigir esta lacuna, valorizando um instrumento de aproximação ao cidadão que é o site da Câmara, acrescentando que *“se tivermos em conta a apetência dos mais jovens para as novas tecnologias, este pode ainda ser um instrumento pedagógico de grande importância para a sensibilização ambiental e, em especial para a protecção das florestas”*. Terminou chamando a atenção para a circunstância de, mesmo ao nível da informação sobre a legislação em vigor, em várias áreas que tocam o desenvolvimento sustentável, as mesmas estão mal



sinalizadas e datam de 2005, encontrando-se desactualizadas. Terminou, manifestando o desejo de que *"a informação do site da Câmara Municipal seja mais dinâmica e actualizada para prestar desta forma um melhor serviço público"*. **3 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: *"A falta de oferta de habitação em Guimarães, que durante anos provocou preços proibitivos há esmagadora maioria da população, que vivia com enormes dificuldades, obrigou a uma ocupação e sobrelotação dos poucos fogos existentes, a esmagadora maioria deles em condições deploráveis. Os agregados familiares eram compostos por famílias enormes onde se incluíam avós, pais, filhos e netos, e não raras vezes tios e enteados. Só o estado teria condições e competência para resolver o grave problema da habitação social em Guimarães. E foi na presidência de Bernardino Abreu, a última antes de Abril, que ficou decidido construir o actual bairro da Senhora da Conceição, mas só após a revolução, o até aí sonho de ter uma casa, passou a ser uma realidade. Em 1978, os bairros foram ocupados, e muitos dos seus moradores eram até então, residentes do centro histórico, que ficou mais liberto, facilitando e permitindo a sua posterior requalificação. É pois, com agrado que verificamos que estão a decorrer em bom ritmo as obras de beneficiação e melhoramento dos prédios da Urbanização da Senhora da Conceição. Obras estas há muito reivindicadas pelos seus moradores, e pela CDU, que já há muito tempo se queixavam das humidades, do frio no Inverno e calor no Verão, provocados pela ausência de isolamentos adequados capazes de suportar e atenuar as condições climáticas. Esta intervenção de fundo, que consiste no revestimento dos seus alçados com um material que proporciona o isolamento térmico e*

*hidráulico, impedindo as infiltrações e atenuando significativamente as diferenças de temperatura, vai sem dúvida trazer maior conforto e bem-estar aos seus moradores. Fica assim vencida mais uma batalha de uma urbanização que alberga centenas de famílias, uma grande maioria com fracos recursos financeiros, há mais de trinta anos. Vence também a cidade ao ver o seu património recuperado. Com esta intervenção exige-se um outro olhar para os espaços envolventes, que deverão merecer outro tratamento, mais apurado e mais insistente, nomeadamente no parque infantil, a necessitar de requalificação e colocação de um piso adequado. Um outro olhar também para os edifícios mais acima que precisam igualmente de tratamento idêntico. Mas a forte concentração de famílias carenciadas e deslocalizadas em bairros deste tipo, sendo aceitável numa situação de urgência, como foi o caso, não deve servir de modelo para o futuro. O amontoar num espaço demarcado e isolado, famílias fragilizadas, desenraizadas e com grandes carências financeiras e afectivas, leva, se não forem tomadas as medidas necessárias para o impedir, à criação de sociedades fechadas, apartadas e estigmatizadas, a que vulgarmente chamamos guetos. É necessário mudar o paradigma da criação e localização destes bairros, não os isolando e incluindo-os e integrando-os em projectos de construção de iniciativa privada. A reinserção social será mais rápida e eficaz, e os problemas inerentes à até aqui exclusão social serão, acreditamos nós, residuais. Estamos convencidos que se assim o fizermos, ganhamos os cidadãos e mais uma vez ganha a nossa comunidade".* **4 – Vereador Amadeu Portilha – a)** – Convidou os Vereadores para a inauguração do Centro Municipal de Marcha e Corrida que coordenará toda a informação de percursos pedestres do concelho



assim como a realização e promoção de actividades, assumindo também um papel de aconselhamento especializado à actividade de marcha e caminhada; **b)** – Deu conhecimento do início de uma operação de grande limpeza e desobstrução das linhas de água do concelho. **c)** – Disse que, na sequência da conclusão das obras nas Ruas da Liberdade e Camões, o trânsito voltará à situação inicial, designadamente com a circulação dos Transportes Urbanos de Guimarães. **5 – Presidente da Câmara – a)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que o início da construção das piscinas de Moreira de Cónegos e Serzedelo deverá ocorrer ainda este ano, estando igualmente projectada a construção de uma piscina em Ronfe, embora o processo esteja um pouco mais atrasado; **b)** – No que diz respeito à intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro disse que, no momento, não é intenção da Câmara Municipal promover a construção de habitação social mas antes actuar ao nível da concessão de apoios ao arrendamento. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do convite da Direcção Regional de Educação a toda a vereação da Câmara Municipal para a Cerimónia de inauguração da reabilitação da Escola Secundária Caldas das Taipas, a realizar no próximo dia 29 de Janeiro, pelas 11:30 horas, cerimónia que terá a presença de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Dr. Alexandre Ventura; **2** – Do convite da Câmara Municipal de Guimarães, Estado do Maranhão, Brasil, para a Sessão Solene em homenagem aos 253 anos de Guimarães; **3** – Do Boletim Estatístico de Emprego/Desemprego do Distrito de Braga referente ao mês de Dezembro/2010, editado pelo Governo Civil de Braga; **4** – Da inauguração da Feira Semanal, que ocorrerá no próximo

dia 25 de Fevereiro, realizando-se a primeira Feira no dia 4 de Março -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**I** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 7 de Janeiro de 2011, que aprovou a conta final da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "**REMODELAÇÃO DA PRAÇA E BENEFICIAÇÃO DA VARIANTE NAS CALDAS DAS TAIPAS – CONTA FINAL** – 1 – Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Dr. Domingos Bragança, datado de 3 de Setembro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa "Alberto Couto Alves, S.A." pelo valor de €589.235,63 + IVA; 2 - O valor final dos trabalhos é de €499.628,61 + IVA; 3 - Constata-se a existência de Trabalhos a Menos nomeadamente: 3.1 - Não esgotamento da medição de alguns artigos previstos em projecto, que corresponde a €10.301,62 (1,75 %); 3.2 - Suprimento de trabalhos, conforme informação em anexo (Doc.1) que corresponde a €79.305,40 (13,46%). 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - O empreiteiro apresentou uma reclamação, no passado dia 08-11-2010, a solicitar uma indemnização no valor de €84.864,79 + IVA, com base nas condições atmosféricas anormalmente adversas que se verificaram durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março do corrente ano. Após análise dos motivos alegados pelo adjudicatário, e de acordo com informação técnica prestada, sobre a qual mereceu despacho do Sr. Vereador Dr. Domingos de Bragança datado de 20 de Dezembro de 2010 foi indeferida a reclamação por se considerar que não existiram razões objectivas para o pagamento de qualquer indemnização. 6



- Neste momento efectua-se a Revisão de Preços definitiva, pois foram publicados os índices definitivos. O valor total da Revisão de Preços com índices definitivos é de €18.737,62 + IVA. 7 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €518.366,23 + IVA, sendo que €499.628,61 + IVA de trabalhos contratuais e €18.737,62+ IVA da revisão de preços definitiva, dos Autos finais no valor de €53.190,00 + IVA e €150,00 + IVA e correspondentes Autos de Revisão Preços no valor de €7.149,43 + IVA e (-) €1.407,55 + IVA. 8 - Para cumprimento do disposto no art.º 399.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o n.º 1 do art.º 401.º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada"; **II** - Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20 de Janeiro de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "**VENDA EM HASTA PÚBLICA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA E OUTROS – HASTA PÚBLICA Nº 3/2010 – Pº 40/08/2010** – No dia 18 de Janeiro de 2011, pelas 10h00m, realizou-se, no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão, o acto público para a venda de 20 (vinte) veículos abandonados na via pública, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 10 de Dezembro de 2010, tendo sido lavrada a respectiva acta, que se anexa. Conforme consta daquele documento, os veículos identificados no Programa da Hasta Pública sob os nºs 1 a 14 e 16 a 20, foram adjudicados provisoriamente à empresa "S.B.L. Comércio de Componentes Auto, Lda.", pelo preço total de €3.730,00, tendo a viatura nº 15 sido adjudicada, também provisoriamente, à Sociedade "MJD

Metais Jaime Dias, Lda.” pelo valor de €245,00. Assim, submete-se à consideração superior a arrematação definitiva às referidas empresas, pelos indicados valores, devendo em caso de concordância, o assunto ser apresentado à Câmara para conhecimento, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 69/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À consideração superior”. A referida acta dá-se aqui por reproduzia e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **III** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Janeiro de 2011, que adquiriu a Augusto Monteiro Dias de Castro um prédio composto por duas parcelas de terreno, que totalizam 4.110 m<sup>2</sup>, pendentes de discriminação e descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 1441/Caldelas e inscrito na respectiva matriz sob o artigo rústico 156, correspondente aos antigos artigos 15, 17, 18 e rústicos, pelo preço de €82.260,00 (oitenta e dois mil duzentos e sessenta euros), necessárias à melhoria das acessibilidades a Caldelas e ao alargamento do Parque de Lazer de Caldelas e Ponte. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --  
**CÂMARA – COOPERATIVA TEMPO LIVRE – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O TRIÉNIO 2011-2013** – Presente a seguinte proposta: “Sendo necessário designar os representantes da Câmara Municipal na Cooperativa “Tempo Livre”, na qualidade de Presidentes,



respectivamente, da Direcção e do Conselho Fiscal, nos termos dos artigos 36º e 40º dos respectivos Estatutos, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** – Como **Presidente da Direcção**, o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha; **2.2** - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, José Leite Ferreira Lopes”. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1 DA PROPOSTA. DELIBERADO, POR MAIORIA E ESCRUTÍNIO SECRETO, APROVAR O PONTO 2, COM SETE VOTOS A FAVOR, TRÊS EM BRANCO E UM CONTRA.** -----

**CÂMARA – COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O TRIÉNIO 2011-2013** – Presente a seguinte proposta: “Sendo necessário designar os representantes da Câmara Municipal na Cooperativa “Taipas Turitermas”, na qualidade de representante na Assembleia Geral e Presidentes, respectivamente, do Conselho Fiscal e da Direcção, nos termos dos artigos 36º e 40º dos respectivos Estatutos, proponho: **1** – Que, nos termos do nº 1 do art. 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam designados: **2.1** - Como representante da Câmara Municipal na **Assembleia Geral**, Amadeu Artur Matos Portilha, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; **2.2** - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, Domingos Bragança Salgado, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; **2.3** - Como **Presidente da**

**Direcção,** Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Bancário".  
**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1 DA PROPOSTA. DELIBERADO, POR MAIORIA E ESCRUTÍNIO SECRETO, APROVAR O PONTO 2, COM SETE VOTOS A FAVOR E QUATRO CONTRA.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – ESCLARECIMENTOS E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO –**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Janeiro de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "Por informação datada de 10 de Janeiro passado, o júri do procedimento identificado em epígrafe prestou aos candidatos os esclarecimentos ali constantes, conforme documento que se junta em anexo como doc. 1. Os esclarecimentos prestados, nos termos do n.º 2 do art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), devem ser objecto de aprovação pelo órgão competente para a decisão de contratar. Estes esclarecimentos implicam prorrogação do prazo para apresentação das propostas conforme n.º 2 do art. 64º do CCP. A decisão de prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 4 do mesmo art.º 64.º. Deste modo, coloca-se à consideração superior o envio da presente informação, e respectivo anexo, a ratificação da Câmara Municipal que, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, deverá aprovar os referidos esclarecimentos e a prorrogação do prazo para apresentação das propostas". O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – LABORATÓRIO DA PAISAGEM – ADJUDICAÇÃO –** Presente, para aprovação, o Relatório Final



respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente "COMBITUR – Construções Imobiliárias e Turísticas, S.A.", pelo preço de €1.092.997,89 (um milhão noventa e dois mil novecentos e noventa e sete euros e oitenta e nove cêntimos) + IVA para um prazo de execução de 240 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "Atenta a necessidade de executar a obra de "Requalificação do Espaço Público na Zona de Couros – Campurbis", submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **1 - Escolha do Tipo de Procedimento** – Para efeitos do previsto no art.º 38.º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €3.100.000,00 (três milhões e cem mil euros), acrescido de IVA, a satisfazer pela rubrica 2.4.2.14 do Plano Plurianual de Investimento, e prazo de execução de 300 dias, a adopção de Concurso Limitado por prévia qualificação, nos termos da alínea b), do art.º 19.º, do CCP. **2 - Peças do Procedimento** – Aprovação do convite, programa de Procedimento e Caderno de Encargos que se anexam, nos termos da alínea c) do nº1 e nº2 do artº 40.º do CCP; **3 - Designação do Júri:** De acordo com o que dispõe o art.º 67.º do CCP, torna-se necessário proceder à designação do Júri que procederá à

realização de todas as operações inerentes ao procedimento, pelo que se propõe a seguinte constituição: Efectivos – Presidente: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão; 1º Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; 2º Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; Suplentes – 1º Vogal suplente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; 2º Vogal suplente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. Administrativa. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**AJUSTE DIRECTO N.º 112/10 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANOS CIVIS 2011, 2012 E 2013 – MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de prestação de serviços para fornecimento de refeições em refeitórios escolares para os anos civis de 2011, 2012 e 2013, adjudicada por deliberação de Câmara de 13 de Janeiro de 2011 a “ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.”, pelo valor de €5.670.126,00 (cinco milhões seiscentos e setenta mil cento e vinte e seis euros) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.



**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AJUSTE DIRECTO N.º 112/10 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANOS CIVIS 2011, 2012 E 2013 – IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** – Presente uma informação da Chefe de Divisão Administrativa que, em face da impugnação administrativa apresentada por EUREST (Portugal) – Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda., na qual alega, em suma, duas situações que entende serem atendíveis para a exclusão da concorrente “ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.”, propõe que não seja dada procedência à referida impugnação administrativa, conforme documentos em anexo e que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte declaração de voto: “Neste ponto da Ordem de Trabalhos, analisa-se, tão somente, a impugnação administrativa apresentada pela concorrente EUREST, por ter sido preterida no ajuste directo para a prestação de serviços de fornecimento de refeições em refeitórios escolares. A EUREST alega em seu favor, em síntese, duas situações: a) - Que a vencedora ITAU não poderia ter sido convidada para apresentar proposta neste procedimento porque a sua situação não se enquadra na previsão da alínea b) do nº1 do art. 24º do CCP; b) - Que a declaração apresentada pela ITAU como Anexo I não estava em conformidade com o modelo aprovado pelo CCP, designadamente porque a declaração apresentada não faz qualquer referência aos membros dos órgãos sociais da concorrente. Detenhamo-nos apenas na segunda alegação da EUREST. Na sua decisão, e relativamente a esta segunda

alegação, o júri manifestou o entendimento de que *"mantém-se o exposto no relatório final ... uma vez que se entende que o júri pode solicitar esclarecimentos aos concorrentes ... para sanar situações idênticas à que aqui se analisa"*. Prosseguindo mais ao diante: *"Ao solicitar a correcção de uma declaração, o júri não estaria a pedir elementos que suprissem uma omissão que determina a sua exclusão, mas sim a pedir que se corrigisse uma declaração que efectivamente foi apresentada... Aliás, excluir a concorrente pelos motivos que a EUREST apresenta é que seria violador da lei, nomeadamente dos princípios da proporcionalidade e da concorrência, tão caros à contratação pública."* Os vereadores do PSD concordam absolutamente com esta posição. Com o *"princípio da proporcionalidade e da concorrência, tão caros à contratação pública"*, com o princípio de acordo com o qual se deve permitir aos concorrentes que aperfeiçoem as suas peças de concurso, o que beneficia a concorrência e em última instância o Município. E por isso, votam favoravelmente à decisão do júri de indeferir a impugnação administrativa da EUREST. No entanto, não pode deixar de ser rememorado que os vereadores socialistas, na impugnação administrativa apresentada pelos concorrentes excluídos no concurso da «Plataforma das Artes», votaram favoravelmente, mas perante uma decisão de um júri em que se dizia precisamente o inverso, do que aqui se defende, isto é, naquela situação o júri decidiu excluir concorrentes, não por falta de preenchimento de requisitos mas por falta de demonstração de requisitos que se dizia preencher, sendo que, o que se discutia então, era se devia ou não esse concorrente ser notificado para corrigir o seu processo de candidatura. Ora, com o voto favorável dos vereadores socialistas no concurso da «Plataforma das Artes», transmitiram os mesmos vereadores que concordavam que o



concorrente não devia ser convidado a corrigir o processo, agora, numa questão relacionada com o fornecimento de refeições, há uma impugnação assente no mesmo argumento, isto é, por se ter permitido à ITAU corrigir o processo de candidatura, pelo que haverá grosseira incoerência numa votação em idêntico sentido, ou seja, favorável ao entendimento do júri de que, afinal, à ITAU é permitido que corrija o processo de candidatura. O júri é diferente, pelo que é admissível que diferentes pessoas perfilhem diferentes entendimentos. Mas os vereadores são os mesmos! Pelo que se incompreende absolutamente votações diversas em situações absolutamente idênticas, protagonizadas pelas mesmas pessoas”.

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA PERMITIR A EXECUÇÃO DA OBRA DO ARRANJO URBANÍSTICO DA RUA DA LIBERDADE – FREGUESIA DE CREIXOMIL** – Presente a

seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “Na sequência da realização do projecto de arranjo urbanístico da Rua de Camões, Travessa de Camões, Rua Dr. Bento Cardoso e Rua da Liberdade, verificou-se a necessidade de adquirir 30m<sup>2</sup> de terreno particular, de forma a manter em toda a extensão da Rua da Liberdade a largura mínima da via de circulação e passeios. Tal necessidade de aquisição deve-se ao actual estrangulamento da referida Rua da Liberdade, o que, por um lado, causa transtorno à circulação dos veículos automóveis naquela zona, especialmente quanto ao cruzamento de veículos pesados, e, por outro, dificulta a circulação dos peões uma vez que não se garante um espaço de circulação adequado ao movimento das pessoas, no espaço a si destinado. É, assim, de toda a conveniência, para a segurança e melhoria de condições de circulação, garantir na Rua da Liberdade uma largura mínima do espaço de circulação automóvel e de circulação dos peões, até porque a recente criação da nova Feira e

a existência do Mercado nessa mesma artéria, aumentou significativamente a demanda, por parte da população, de melhores condições de circulação e segurança naquela via. Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art.º. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal. Ora, o Município propôs aos proprietários a aquisição da parcela de terreno com a área de 30m<sup>2</sup> pela via do direito privado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 11º do Código das Expropriações, não tendo havido possibilidade de aceitação das contrapropostas apresentadas, por serem monetariamente inaceitáveis. Desta forma, a aquisição da referida parcela de terreno, que a seguir melhor se identifica, terá de ser efectuada por expropriação, conforme previsto no nº 6 do artigo 11º do citado diploma. -----

| Proprietário                            | Residência  | Área                 | Descrição Predial             | Inscrição Matricial                    | Confrontações  |
|---|---|----------------------|-------------------------------|--|--|
| Fernando Alberto da Costa Ribeiro       | R. Ramalho Ortigão, 112, Águas Santas - Maia                | 30,00 m <sup>2</sup> | 1033/Creixo mil (a desanexar) | Artigos urbanos 182 e 183 de Creixomil | Norte - restante prédio; Sul - arruamento público; Nascente - arruamento público; Poente - espaço público. |
| Maria Fernanda da Costa Ribeiro Machado | R. Teixeira de Pascoais, 484, 1º Dtº - Guimarães            |                      |                               |  |  |
| José Manuel da Costa Ribeiro            | R. Francisco dos Santos Guimarães, 153, Urgezes - Guimarães |                      |                               |  |  |



| Proprietário                                    | Residência   | Área | Descrição Predial | Inscrição Matricial | Confrontações |
|---|--|------|-------------------|---------------------|---------------|
| Maria do Carmo da Costa Ribeiro                 | R. Brito Pais, 183, 3º Dtº Fr., Leça da Palmeira – Matosinhos    |      |                   |                     |               |
| Maria Florisa de Freitas da Costa Gomes Ribeiro | R. Francisco dos Santos Guimarães, 863, r/c, Urgezes – Guimarães |      |                   |                     |               |
| Pedro Lino da Costa Gomes Ribeiro               | R. Francisco Agra, 48 – Guimarães                                |      |                   |                     |               |
| Mário André Costa Gomes Ribeiro                 | R. Francisco dos Santos Guimarães, 863, r/c, Urgezes – Guimarães |      |                   |                     |               |

A parcela situa-se, de acordo com o Plano Director Municipal de Guimarães, em zona de Construção Central. Os encargos previstos com a expropriação desta parcela são de €2.625,00, em conformidade com a avaliação efectuada por perito da lista oficial. Nestes termos, e no uso das competências conferidas pela alínea f), nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que consagra a norma habilitante, e da alínea c), do nº 7, do artigo 64º, do mesmo diploma legal, deverá ser deliberado requerer ao membro do Governo competente a Declaração de Utilidade Pública, para efeito de expropriação da parcela acima identificada. À consideração superior". **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – DESAFECTAÇÃO DE TROÇO DE CAMINHO MUNICIPAL NO LUGAR DA ESCRITA E DE OUTEIRO DE OLEIROS – FREGUESIA DE LONGOS** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "Decorrente da

negociação havida entre a Junta de Freguesia de Longos e os proprietários da Quinta da Escrita, foi possível ao Município executar a abertura de um arruamento com a área de 776m<sup>2</sup>, substituindo desta forma, parte do antigo traçado do C. M. 1541-1, sendo que o pressuposto inicial desta negociação assentava na possibilidade de se permutarem as duas parcelas em causa. Este novo arruamento apresenta um perfil adequado ao trânsito local e permite uma ligação mais condigna em toda a extensão do referido caminho municipal. O troço substituído, situa-se entre os muros externos da Quinta da Escrita e a zona de monte pertencente aos mesmos proprietários, pelo que a sua inutilização não tem, segundo informação do DPPU., inconveniente urbanístico, desde que haja garantia de ligações viárias aos terrenos envolvidos e a parte do caminho a Poente do substituído, visar apenas o acesso à construção existente. Desta forma e tendo em conta as condicionantes colocadas pelo DPPU, para se viabilizar a pretendida permuta de área entre o novo arruamento e o troço substituído, verifica-se que, com a desafecção do troço assinalado na planta constante do levantamento topográfico, com a área de 395m<sup>2</sup>, permanecem garantidas as condições supra citadas. Considerando a avaliação já efectuada por perito da lista oficial, para as duas parcelas de terreno, verifica-se que existe razoabilidade na concretização da permuta da área da parcela a desafectar pela área de terreno ocupada com a abertura do novo arruamento. Todavia, deverá ser previamente autorizada a desafecção do antigo troço municipal. Assim, dever-se-á decidir superiormente propor a desafecção do domínio público da parcela de terreno com a área de 395 m<sup>2</sup>, situada no Lugar da Escrita e de Outeiro de Oleiros, freguesia de Longos, a confrontar do Norte e Sul com terrenos da Quinta da Escrita e do Nascente e



Poente com Caminho Municipal 1541-1, dado a mesma não ter presentemente utilidade ao traçado da via, pelo que, nos termos da alínea a), nº. 6, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99 de 18/9, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002 de 11/1, caberá à Câmara Municipal submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de desafecção da parcela acima indicada, conforme competência própria daquele órgão, prevista na alínea b), do nº. 4, do artigo 53º, da supra referida Lei. É o que me cumpre informar". **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – EXTENSÃO DO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE AO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS DE AMBIENTE, À DIVISÃO DE ARQUIVO MUNICIPAL E À DIVISÃO DE POLÍCIA MUNICIPAL – DIVISÃO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA QUALIDADE** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Janeiro de 2011, que concordou com a seguinte informação: "Com o intuito de acompanhar a evolução da sociedade, proporcionando aos seus munícipes uma melhor cidadania, o Município de Guimarães considerou fundamental apostar na modernização dos serviços, aproximando-os cada vez mais dos cidadãos. Assim, por meu despacho datado de 12/01/2006, do qual foi dado conhecimento à Câmara Municipal em 26/01/2006, foi decidido implementar um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), segundo a norma NP EN ISO 9001. Considerando a complexidade e dimensão da estrutura orgânica da autarquia, era imperioso que esta implementação se fizesse faseadamente, estendendo-se progressivamente a toda a organização. Numa primeira fase, o SGQ abarcou os

departamentos Financeiro e de Gestão Urbanística, tendo o respectivo âmbito vindo a ser alargado, sucessiva e progressivamente, abrangendo actualmente, para além daqueles, os seguintes departamentos: Obras Municipais, Recursos Humanos; Administração Geral, Projectos e Planeamento Urbanístico. Após certificação do âmbito anterior, em Julho de 2010, considerou-se oportuno propor nova extensão, desta vez ao Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, à Divisão de Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e à Divisão de Polícia Municipal, iniciando-se, de imediato, este novo alargamento o que implica a disponibilidade de recursos humanos adequados. Ora, considerando que: A execução das tarefas associadas à implementação e extensão do SGQ impõem conhecimentos e formação especializados e experiência em auditorias da qualidade ambiente e segurança; Os recursos humanos disponíveis na Divisão da Modernização Administrativa (DMAQ) mostram-se manifestamente insuficientes atendendo a que as tarefas inerentes a este processo abarcam, para além da implementação do novo âmbito, a manutenção da certificação já conseguida, sendo necessários para o efeito, pelo menos, três elementos. Consultado o Departamento de Recursos Humanos para que, dentro do mapa de pessoal da autarquia, verificasse a possibilidade de transferir para a DMAQ, trabalhadores que possuísem as habilitações necessárias, foi informado que não haveria possibilidade de satisfazer tal necessidade em tempo útil com recurso ao actual quadro de pessoal da Autarquia, manifestando-se necessário recorrer a adjudicação externa para o efeito. Deste modo, tratando-se da execução de trabalho não subordinado e não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º



do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para a celebração de um contrato de prestação de serviços, de acordo com o seguinte:

a) O objecto do contrato é a assessoria técnica para extensão do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), implementado no Município de Guimarães, às actividades desenvolvidas nos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, da Divisão de Arquivo Municipal e da Divisão de Polícia Municipal, e acompanhamento do sistema já certificado cujo âmbito compreende: a gestão Financeira e Patrimonial, a gestão urbanística, a gestão de Obras Municipais, a Gestão de Recursos Humanos, a gestão de Secretaria Geral, Projectos e Planeamento Urbanístico e Balcão único de Atendimento, e consiste no desenvolvimento de um conjunto de acções de consultoria e formação, de forma a proporcionar uma eficiente concepção e implementação do SGQ de acordo com os requisitos decorrentes da NP EN ISO 9001:2008, bem como a realização de auditorias internas ao sistema, devendo o prestador manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com as entidades externas ao Município sempre que consideradas necessárias. b) A despesa anual, no valor de € 19668,00 (dezanove mil seiscientos e sessenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao ano de 2011, tem cabimento orçamental na rubrica 020220 – Aquisição de serviços. c) Propõe-se, como procedimento de formação do contrato, o ajuste directo ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito a empresa "XZ – Consultores. Os motivos pelos quais a

escolha recaiu sobre esta entidade têm a ver com o facto de os serviços Municipais conhecerem já o trabalho por ela realizado, nomeadamente porque é esta a entidade que acompanhou a implementação, na Câmara Municipal, no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)". **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A COOPERATIVA FRATERNA** – Presente a seguinte proposta: "O

Município de Guimarães, em parceria com a Cooperativa Fraterna, tem vindo a assumir, nos últimos anos, a responsabilidade de criar e desenvolver, em colaboração com outras entidades, um conjunto de programas vocacionados para incrementar a qualidade de vida da população, através da realização de iniciativas diversificadas para as crianças e jovens e para a população idosa. Igualmente, em parceria, a Cooperativa Fraterna tem gerido o Banco Social, através do qual são concedidos apoios materiais e alimentos a famílias carenciadas. Paralelamente, os Projecto de Desenvolvimento e Intervenção Comunitária em curso nos Bairros da Atouguia e Gondar, têm constituído práticas bem sucedidas, procurando disponibilizar um conjunto de apoios e acções de formação que concorram para uma crescente integração social e profissional dos agregados ali residentes. Deste modo, considerando que a cooperação interinstitucional é uma forma privilegiada de actuação para a gestão integrada de recursos humanos e materiais e para o enriquecimento recíproco através da troca de experiências e partilha de conhecimentos, e nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18 de Agosto, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que reclama uma contratação objectiva que determine as obrigações a assumir pelas partes, tal como o disposto no artigo



67.º da mesma Lei, propõe-se a aprovação do Protocolo de Colaboração entre o Município de Guimarães e a Cooperativa Fraterna, que se anexa à presente proposta, e a transferência a título de subsídio do montante de €554.646,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil seiscientos e quarenta e seis euros) para aquela Cooperativa, previsto no Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2011". A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**PROCOLOS – PROCOLO DE COLABORAÇÃO – MUNDOS DA VIDA, ASSOCIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE** – Presente a seguinte proposta: "A "Mundos da Vida, Associação para a Educação e Solidariedade" é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que desenvolve actividades na área dos Distritos de Braga e Porto na promoção dos direitos das crianças e dos idosos. Para a prossecução dos seus objectivos solicitou a celebração de um protocolo de colaboração no qual se propõe a adesão do Município de Guimarães a uma rede que pretende criar uma bolsa de famílias de acolhimentos para crianças e jovens em risco, que acolherá crianças e jovens da área territorial de Guimarães. Considerando o interesse social do objectivo proposto, proponho a aprovação da proposta de protocolo em anexo, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Agosto, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – APOIO SOCIAL A AGREGADO FAMILIAR ISOLADO** – Presente uma proposta, que se anexa, para celebração de um Protocolo, igualmente em anexo, tendo por objecto a promoção de uma intervenção conjunta entre o Município de Guimarães, a Junta de Freguesia de Corvite e os proprietários da habitação sita na Rua Bouça Nova, 228, Corvite, João da Silva, e sua mulher, Custódia da Silva Oliveira, tendo em vista apoiar, de forma concertada, uma família que se encontra em situação de exclusão extrema. A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “**1.** Por meu despacho de 20 de Dezembro de 2010, foi colocada em situação de mobilidade interna intercarreiras, para a carreira técnica superior desta câmara municipal, uma assistente técnica contratada por tempo indeterminado detentora de licenciatura em comunicação social, tendo a mesma passado a ocupar um posto de trabalho na Divisão de Modernização Administrativa e da Qualidade (DMAQ). Na sequência dessa decisão, no âmbito do procedimento concursal para um posto de trabalho de técnico superior na área de comunicação social na DMAQ, aberto por aviso publicado no Diário da República, II série, de 14 de Maio de 2010, foi proferida pela Directora do Departamento de Administração Geral, Dra. Maria Joana Xavier, e pela Chefe da DMAQ, Dra. Carmo Martins, uma informação que conclui pela proposta de cessação do procedimento, nos termos que seguidamente se transcrevem: *“Está em curso um procedimento concursal tendo em vista o recrutamento de um Técnico Superior*



*em Comunicação Social para integrar a equipa da Divisão da Modernização Administrativa e da Qualidade (DMAQ). Pretende-se que este Técnico, entre outras funções, assegure: a recolha, junto dos vários serviços, da informação pertinente para os utentes e que deva ser divulgada via Internet; a verificação, sistemática, dos conteúdos constantes do "site" da Câmara Municipal de Guimarães, com vista à manutenção actualizada da informação disponível; a elaboração e disponibilização de formulários e impressos destinados à instrução de pedidos; a divulgação dos Editais de licenciamento urbanístico e outros; o apoio à gestão do atendimento do Balcão Virtual. Deste modo, atendendo a que a Câmara Municipal dispõe de uma trabalhadora com habilitações para exercer aquelas funções e que está disponível para o efeito, entendemos conveniente fazer cessar o referido procedimento concursal, nos termos do nº 2, do art. 38º, da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, afectando a trabalhadora à DMAQ."* **2.** Prevê-se, efectivamente, no n.º 2 do art. 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, que, excepcionalmente, o procedimento concursal pode ser feito cessar por acto devidamente fundamentado e homologado, desde que não se tenha ainda procedido à ordenação final dos candidatos. O procedimento concursal aqui em causa encontra-se em fase de aplicação de métodos de selecção, não tendo ainda havido, por isso, ordenação final dos candidatos. **3.** Ora, de acordo com a informação acima transcrita, a necessidade de preenchimento do posto de trabalho em causa no concurso referido fica satisfeita mediante a mobilidade interna daquela trabalhadora. Por outro lado, o preenchimento do posto de trabalho através deste regime adequa-se melhor às regras de contenção de despesas que a actual conjuntura económica exige, cujos princípios foram, aliás,

plasmadas na Lei do Orçamento de Estado de 2011. **4.** Nos termos e pelos fundamentos expostos, propõe-se que seja feito cessar o procedimento concursal acima identificado, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 38.º da Portaria n.º 83-A/2009”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “O sentido de voto exercido pelos vereadores do PSD foi assente, exclusivamente, nas informações prestadas pelo vereador José Augusto Araújo. O que está em causa é uma proposta subscrita pelo vereador José Augusto Araújo, de cessação de um procedimento concursal para admissão de um trabalhador para a área de comunicação social, cessação essa motivada pela circunstância de ter surgido a disponibilidade de uma trabalhadora que se encontra já nos quadros da Câmara, com recurso à mobilidade interna. Perguntado ao vereador se a assistente técnica em causa pertencia já, antes do lançamento do procedimento concursal, aos quadros do Município, foi pelo mesmo esclarecido que sim, embora estivesse afecta às escolas. Esta circunstância, por si só, tornaria este acto num acto notório de má gestão, uma vez que se havia lançado um procedimento concursal para admissão de um funcionário, com realização de exames, com pagamento de exames psicológicos a uma empresa externa e com a geração de expectativas nos candidatos, quando existia já uma resposta internamente, que não se havia cuidado de buscar. No entanto, ainda que apenas em momento posterior, o vereador José Augusto Araújo referiu que havia um acordo transitório ao abrigo do qual, durante um período de 2 anos, não era permitida a mobilidade interna entre os funcionários afectos às escolas e provindos do Ministério da Educação e o Município,



sendo essa a razão pela qual não foi solicitada a disponibilidade desta trabalhadora, na mobilidade interna. Atenta a informação referida, e apenas com base na mesma, e ainda porque é nossa opinião que o lançamento da mobilidade interna em alternativa ao lançamento de procedimentos concursais é uma boa prática, os vereadores do PSD votaram favoravelmente a presente proposta”.

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL –  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E PROJECTOS**

**FINANCEIROS** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação apresentada pela Directora do Departamento Financeiro, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Dr. Domingos Bragança, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Chefe de Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); - Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto, proponho nos termos do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL –  
DIVISÃO DOS SERVIÇOS URBANOS**

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação apresentada pelo Sr. Vereador Amadeu Portilha, que mereceu a concordância do Senhor Presidente, relativa à abertura

de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: - O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); - Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto, proponho nos termos do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho”. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTES OPERACIONAIS** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pelo Adjunto Eng.º. Jorge Cristino, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Amadeu Portilha, propõe-se a abertura dos procedimentos concursais para contratação por tempo indeterminado de seis postos de trabalho da carreira e categoria de assistentes operacionais (cantoneiros de limpeza) e quatro postos trabalho da carreira e categoria de assistentes operacionais (jardineiros). Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidades permanentes. A presente proposta fundamenta-se no facto dos trabalhadores que ocupavam estes postos de trabalho terem cessado as suas funções por aposentação, morte e exoneração, sendo necessário substituí-los nas tarefas que desempenhavam, e também pelo alargamento da recolha



selectiva porta-a-porta aos grandes produtores de resíduos e aos organismos públicos, o aumento da recolha selectiva de embalagens papel/cartão e plástico, nomeadamente nas feiras e mercado, o alargamento da varredura mecânica às Vilas e Estradas Nacionais, o aumento de ruas de lavagem mecânica, o aumento de espaços verdes no concelho e a criação de novos parques e jardins. A não substituição dos trabalhadores prejudicará o alcance dos objectivos delineados, pelo que considero a abertura dos presentes procedimentos de grande relevância e urgência. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura dos solicitados procedimentos concursais, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Mais se propõe, atenta a invocada urgência, que, caso não seja possível a ocupação dos postos através deste procedimento concursal, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do art. 10.º da Lei n.º 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTES OPERACIONAIS** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "No âmbito das necessidades

reportadas nos termos da informação prestada pelo Departamento de Acção Social e Cultura, que mereceu a concordância da Senhora Vereadora Dr.ª Francisca Abreu, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de nove postos de trabalho da carreira e categoria de assistentes operacionais, para os diversos estabelecimentos de ensino. Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidades permanentes. A presente proposta fundamenta-se no facto dos trabalhadores que ocupavam estes postos de trabalho terem cessados as suas funções por aposentações e exonerações, sendo necessário substituí-los nas tarefas que desempenhavam. A não substituição dos trabalhadores prejudicará o normal funcionamento desses estabelecimentos escolares, pelo que considero a abertura do presente procedimento de grande interesse público e urgência. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 8/2010** – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Mário João Monteiro Pereira, com a categoria



profissional de Assistente Operacional (coveiro). O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe a aplicação da pena disciplinar de despedimento por facto imputável ao trabalhador. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE DESPEDIMENTO POR FACTO IMPUTÁVEL AO TRABALHADOR.** -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010 – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR –**

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, no âmbito do quadro de competências e atribuições na área da Educação, e conforme o disposto na alínea d), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procedeu, em devido tempo, à atribuição de apoios no domínio da Acção Social Escolar aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o ano lectivo de 2010/11 (Deliberações de Câmara de 10/07/01 e de 10/11/18). Na sequência da transferência de alunos, da alteração das condições económicas dos agregados familiares e do seu posicionamento nos escalões de atribuição do abono de família, bem como do aparecimento de novos processos, os Agrupamentos de Escolas D. Afonso Henriques, Abel Salazar, Pevidém, Gil Vicente, Egas Moniz e Virgínia Moura enviaram à Autarquia novos pedidos de atribuição de apoios. Assim, e atendendo a que: a) - as directrizes no Ministério de Educação vão no sentido de que: sempre que um aluno carenciado seja transferido de escola, tenha direito de novo ao montante correspondente ao escalão em que estava inserido, desde que os manuais escolares não sejam os adoptados na escola de origem (número 3, do artigo 7º, do Despacho nº 18 987/2009, de 17 de

Agosto, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar); em qualquer altura do ano lectivo, possam ser revistos ou aceites novos processos, face aos comprovativos de alteração da situação sócio-económica do agregado familiar; b) - e que, em resultado da aplicação dessas directrizes, a verba atribuída àqueles Agrupamentos de Escolas deverá ser reforçada, propõe-se a rectificação da Deliberação de Câmara de 18 de Novembro de 2010 e a atribuição de €571,40 (quinhentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos), conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2011** – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: "Como é de conhecimento superior, por razões de reconversão do edifício em centro escolar, a EB1 Pinheiral/Caldelas encontra-se desde o início do 2º período do corrente ano lectivo a funcionar nas instalações da Escola Secundária de Caldas das Taipas. Considerando que os alunos se encontram desde essa data a beneficiar de almoço naquele estabelecimento de ensino, torna-se necessário proceder à alteração do valor da verba atribuída à Freguesia de Caldelas, entidade responsável pela alimentação e gestão do refeitório da EB1 Pinheiral, uma vez que a partir de Janeiro deixou de assumir os encargos com a alimentação dos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar. Face ao exposto, propõe-se a rectificação da



deliberação de Câmara de 16 de Dezembro de 2010, passando o valor da verba de €3.236,00 para €900,00 mensais, destinados a assegurar a colocação de pessoal para apoio e acompanhamento dos alunos no horário de almoço. À consideração superior”.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD compreendem a justificação apresentada para a descida da verba atribuída à Junta de Freguesia de Caldelas, atendendo a que a mesma servia para a assumpção de encargos com a alimentação de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, alunos esses que agora têm as suas refeições nas instalações da Escola Secundária das Taipas. No entanto, na proposta mantém-se a decisão de atribuir uma verba de €900,00 para o acompanhamento dos alunos, sendo que, foi transmitido pelos vereadores do PSD que essa verba era insuficiente para a manutenção dos 3 postos de trabalho afectos ao acompanhamento dos alunos, pessoal que se encontra em funções na recepção dos alunos, no decurso da sua hora de almoço, e depois na hora de entrega aos respectivos progenitores. Pelo que, aceitando o PSD a redução da verba atribuída e os fundamentos da mesma, entendia dever a mesma ser reduzida para €1.500,00 ao invés da sua redução para os €900,00 propostos pela Câmara Municipal. Essencialmente atendendo à importância da função desempenhada por estes trabalhadores, de enquadramento das crianças do 1º ciclo numa escola secundária, e atendendo à manutenção dos postos de trabalho, que se justificam não pela sua manutenção *strictu sensu* mas pela sua necessidade para que se proceda ao devido acompanhamento das crianças de 1º ciclo num ambiente mais hostil pelas diferenças de

idade. Em face da inflexibilidade da Câmara Municipal em rever o valor proposto, os vereadores do PSD abstiveram-se nesta votação. -----

**TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO CARMO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Janeiro de 2011, que disponibilizou, ao Centro Social Nossa Senhora do Carmo, o transporte, em autocarro, dos seniores do Centro Social Nossa Senhora do Carmo a Briteiros, a fim de participar num Encontro de Reis, no passado dia 18 de Janeiro.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Janeiro de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas do Vale de S. Torcato, o transporte, em autocarro, dos alunos ao Museu Alberto Sampaio, no passado dia 12 de Janeiro.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Professor João de Meira solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 9 de Fevereiro ao Mercado Azul na Rua Egas Moniz. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência das viaturas solicitadas conduzidas por trabalhadores do Município habilitados com carta de condução



válida para a categoria das mesmas". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas do vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 16 de Março à Resinorte/Citros. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência das viaturas solicitadas conduzidas por trabalhadores do Município habilitados com carta de condução válida para a categoria das mesmas". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "O Agrupamento de Escolas do vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 22 de Março à Resinorte/Citros. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência das viaturas solicitadas conduzidas por trabalhadores do Município habilitados com carta de condução válida para a categoria das mesmas". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –  
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO VALE DE S. TORCATO –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas do vale de S. Torcato solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos nos dias 23/24 de Março à Resinorte/Citros. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência das viaturas solicitadas conduzidas por trabalhadores do Município habilitados com carta de condução válida para a categoria das mesmas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRANSPORTES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –  
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VIRGÍNIA MOURA –**

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos no dia 7 de Março para uma visita ao Castelo e Museu Alberto Sampaio. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência das viaturas solicitadas conduzidas por trabalhadores do Município habilitados com carta de condução válida para a categoria das mesmas”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA – LAR DE  
IDOSOS –**

Presente a seguinte proposta: “O Centro Social de



Guardizela solicitou apoio para o pagamento das taxas de licenciamento da obra de ampliação do seu Lar de Idosos. A Câmara Municipal tem vindo a apoiar o licenciamento de obras em instalações de Instituições Particulares de Solidariedade Social, com 50% do valor das taxas a pagar. Considerando que a pretensão do Centro Social de Guardizela se insere no critério atrás definido, proponho a atribuição do subsídio de €3.601,40 (três mil seiscientos e um euros e quarenta cêntimos), o qual só será liquidado após o promotor fazer prova do pagamento integral da taxa de licença a pagar, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 5º do Regulamento de Apoio a Instituições de Solidariedade Social". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

**PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----